



**REENCONTROS
NOVOS ESPAÇOS
OPORTUNIDADES**

XXXIV SIC Salão Iniciação Científica

**26 - 30
SETEMBRO**
CAMPUS CENTRO

Evento	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Terra, direito e desenvolvimento agrário na América Latina: um estudo a partir da Ley Zidres e do PL 510/2021
Autor	JULIA BRITO OSPINA
Orientador	FABIO COSTA MOROSINI

O campo de estudos em direito e desenvolvimento analisa de que maneira institutos jurídicos são mobilizados para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Até os anos 1980, contudo, os ideais da relação entre direito e desenvolvimento foram pouco incorporados por instituições financeiras internacionais, agências bilaterais e governos nacionais. Foi somente com os desafios ao paradigma neoliberal que a influência do direito no desenvolvimento econômico começou a atrair a atenção desses atores. Acontece que, no contexto das relações agrárias, tais desafios levaram, em vários países, à mobilização do direito para reverter reformas agrárias estatais produzidas durante o século XX, sendo escassas as investigações que analisam os *institutos jurídicos* mobilizados nesse processo. Esta pesquisa, portanto, investiga os institutos por meio dos quais o direito é mobilizado por políticas de desenvolvimento agrário na América Latina. Para tanto, a pesquisa privilegiou a metodologia de caráter qualitativo e indutivo, bem como o método da Análise de Conteúdo. Com o auxílio do software *Atlas Ti*, a pesquisa partirá da análise exploratória da Lei colombiana nº 1776/2016 (Ley Zidres) e do PL brasileiro nº 510/2021, que preveem a transferência de terras do domínio e uso público para o privado, para codificar e categorizar os dados gerados nesse exame. Justifica-se a pesquisa diante da conflitualidade e concentração fundiária na América Latina que, especialmente na Colômbia e Brasil, evidencia dinâmicas de enfrentamento entre atores sociais distintos por modelos de desenvolvimento opostos. A pesquisa, a partir dos casos examinados, objetiva identificar aspectos importantes da relação entre direito, desenvolvimento agrário e governança na reconstituição do neoliberalismo na América Latina. Identificou-se como institutos jurídicos mobilizados a abstração de sujeitos, a tecnocracia e a indeterminação legal, verificando-se como não apenas o conteúdo de leis, mas também a lógica jurídica pode criar dependências de caminho em aspectos fundamentais do desenvolvimento agrário.